

Em três semanas, plano de Bresser

por Cláudia Safatle
de Brasília

O crescimento econômico do País, previsto no plano de consistência macroeconômico do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, é de 4,5%, sendo 3,5% para o produto industrial. Esse plano, que deverá ser enviado ao presidente da República dentro de duas a três semanas, além das metas de curto e médio prazo para a economia brasileira, listará também as providências necessárias, a serem tomadas no curto prazo, para viabilizar tais metas de déficit público, balança comercial, crédito interno líquido e demais indicadores.

Na óptica de um qualificado assessor do Ministério da Fazenda, embutidas no plano macroeconômico estarão também as definições de políticas fiscal, monetária, tributária, cambial e salarial. Em princípio, está seguro que a política salarial do "gatilho" e a política de minidesvalorizações da taxa de câmbio permanecerão intactas. A dosagem de política fiscal está sendo examinada pelos dois lados: de gastos e de receitas do governo, para detectar onde é possível cortar e onde o governo dispõe de flexibilidade para aumentar a arrecadação.

A essência da questão tributária é a seguinte: a carga tributária bruta representa 22% do Produto Interno Bruto (PIB); e a carga líquida, apenas 11% do PIB. O que está dentro desse intervalo são os incentivos fiscais. Na história econômica do País esse percentual já chegou a 16% do PIB, e é nessa direção que a equipe do Ministério da Fazenda está trabalhando. "O certo é que não vamos buscar mais imposto na classe média", assegurou uma fonte oficial a este jornal.

Outro foco de pressão sobre o déficit do setor público está nos subsídios, e também nesse ponto polêmico o Ministério da Fazenda pretende tocar. A idéia que se tem na área técnica do governo é de que é mais eficiente e menos oneroso subsidiar o pãozinho para os menos favorecidos do que gastar quase CZ\$ 60 bilhões neste ano com subsídio ao trigo, que "está sendo utilizado até para mistura de trigo com óleo combustível", na queima de energia.

(Continua na página 3)

POLÍTICA ECONÔMICA

28 MAI 1987

Em três semanas, plano de Bresser

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

como observou um assessor do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

A tendência, no caso do déficit operacional do setor público, é ficar num patamar próximo a 3% do PIB. As pressões de gastos indicam que, se nada for feito, essa cifra será substancialmente superior, mas, em pelo menos um caso, será inevitável aprovar o gasto. Trata-se da rolagem de dívidas dos estados e municípios, que foi inicialmente prevista em US\$ 3,5 bilhões e hoje, com levantamentos de dados mais detalhados, esbarra na exuberante cifra de US\$ 6,5 bilhões, conforme dados da Secretaria do Tesouro.

Para as empresas estatais prevalece a intenção de fazer uma política de

preços e tarifas realistas, fora da limitação do reajuste de 80% do INPC, pois a constatação da nova equipe econômica do Ministério da Fazenda é de que a maioria dos preços públicos ainda está desalinhada. O ministro não deseja lançar mão dos preços públicos para controlar a inflação, ciente de que isso só gera mais déficit.

Além da opção por uma política de preços realista, a equipe do Ministério da Fazenda pretende, também, mudar a atual estrutura dos órgãos de fiscalização de preços, principalmente através da transferência dessa tarefa para as prefeituras. A idéia é alterar a estrutura da Sunab de modo que o governo federal saia da fiscalização, deixando que os governos municipais, junto com segmentos da sociedade, exerçam uma fiscalização dire-

ta nos preços, "o que é inclusive mais democrático e evita a corrupção", como ponderou um assessor ligado a essa área de preços.

Uma medida que, de início, já está descartada é a substituição da LBC pela

OTN como instrumento de indexação. O argumento de técnicos do Ministério da Fazenda é que com as LBC o custo da dívida interna tem sido girado a taxas baixíssimas e, às vezes, a juro zero ou negativo.

SEPLAN